

Programação

I CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E FISCAL

A atual conjuntura do campo da Justiça Administrativa e Fiscal tem apresentado uma série de desafios e questionamentos aos profissionais e pesquisadores do Direito Administrativo, Financeiro e Tributário, decorrente dos impactos institucionais acarretados pelo processo de retomada do crescimento econômico do Estado brasileiro e do Estado português, somado à crescente autonomia jurídico-normativa e didático-científica, que se exprime tanto pelo denso corpus legislativo estruturado desde o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição da República Portuguesa de 1976, como pelo acúmulo de pesquisas científicas, que lhe tem proporcionado um conjunto amadurecido de princípios, conceitos e teoria. Esse panorama reflete-se num processo de transformação que alcança também os projetos de ensino, pesquisa e extensão em cursos a serem iniciados, além da devida avaliação pelos representantes de instituições-chave, que têm entre suas atividades a atuação consultiva e contenciosa no âmbito estatal.

Diante desse cenário, o I **CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E FISCAL** abordará temáticas diretamente relacionadas às questões relevantes e atuais do debate acadêmico-científico e institucional. A abordagem envolverá questões e problemas relevantes da atualidade e de aspecto comum aos profissionais de ambas nações, tais como perspectiva comparada entre Brasil e Portugal sob o enfoque da Justiça Fiscal; o desafio de adequar os Processos judiciais e a tecnologia da informação; assim como os aspectos relevantes da Formação das Carreiras Jurídicas em Portugal e Brasil.

Com a iniciativa ora empreendida, que somente se fez possível com o apoio das diversas entidades que colaboraram para a realização deste Congresso, fortalecemos o intercâmbio acadêmico-científico entre a Escola da AGU e a Universidade Nova de Lisboa, além do aprofundamento do conhecimento sobre a atuação e papel institucional do Ministério da Justiça, do Ministério Público e do Supremo Tribunal Administrativo portugueses, estabelecendo relações institucionais que conduzam o fortalecimento da troca de experiências entre as instituições e, conseqüentemente, entre o Brasil e Portugal.

➤ 13 DE NOVEMBRO DE 2017 – Segunda-feira

8:30-9:30: Credenciamento dos participantes e recebimento dos palestrantes

9h30 – 11h00: Mesa de Abertura – Composição de mesa com autoridades luso-brasileiras

Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça – Advogada-Geral da União;

Dr. Edson Faustino, Ministério das Relações Exteriores do Brasil

*Autoridade Governamental Portuguesa – aguardando confirmação**

Juiz Conselheiro Dr. Vitor Gomes, Presidente do Supremo Tribunal Administrativo e do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia – Presidente do Conselho Científico da NOVA Direito e Presidente do IDiLP

Sr. Vinícius Lummertz - Presidente da Embratur

11h-11h20: Coffee break

11h20-13h00 - Painel 1: Justiça Administrativa – direitos fundamentais e processos de massa

Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça – Advogada-Geral da União

Dra. Helena Mesquita Ribeiro – Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Moderador: *Dr. Carlos Carvalho*, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo

13h00 – 15h00: Almoço

15h00–16h30 - Painel 2: Governança e justiça administrativa na perspectiva luso-brasileira

Dr. Edson Faustino, Ministério das Relações Exteriores – Brasil

Representante do Estado Português (nome a confirmar)

Moderador: Professor Doutor *Jorge Bacelar Gouveia*

16h30: Encerramento do Primeiro dia

➤ **14 DE NOVEMBRO DE 2017**

9h30 – 11h00

Painel 3: Justiça Fiscal: uma perspectiva comparada entre Brasil e Portugal

Dr. Leonardo de Andrade Rezende Alvim – Procurador-Geral da Fazenda Nacional Adjunto

Alto-Representante da Fazenda Pública da Autoridade Tributária (nome a confirmar)

Moderadora: *Dra. Dulce Neto*, Juíza Conselheira do Supremo Tribunal Administrativo

11h – 11h20: Coffee break

11h20-13h00 - Painel 4: Processos judiciais e a tecnologia da informação

Dr. Eduardo Fernandes de Oliveira, Procurador Federal, Coordenador-Geral da Escola da Advocacia-Geral da União

Dr. Hugo Sousa, Adjunto do Gabinete da Senhora Secretária de Estado da Justiça

Moderador: *Professor Doutor* Francisco Pereira Coutinho

13h00 – 15h00: Almoço

15h00 – 16h00: Painel 5: Formação das Carreiras Jurídicas em Portugal e Brasil

Dra. Chiara Ramos, Diretora da Escola da Advocacia Geral da União

Juiz Conselheiro Dr. João Miguel, Diretor do Centro de Estudos Judiciários

Moderador: *Professor Doutor* Alexandre Sousa Pinheiro

16h00 – 16h50 - Considerações finais – O Congresso como marco de aproximação entre instituições brasileiras e portuguesas

Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça – Advogada-Geral da União

Ministra Francisca Van Dunem – Ministra da Justiça de Portugal

16h50 – 18h: Encerramento do evento com apresentação musical luso-brasileira